



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS

EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1410/08	DATA: 04/11/2008
INÍCIO: 15h14min	TÉRMINO: 16h15min	DURAÇÃO: 00h47min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h47min	PÁGINAS: 21	QUARTOS: 10

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Deliberação sobre requerimentos.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa e reaberta.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Declaro aberta a 70ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, Edição 2.022, de 22 de agosto de 2007.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 69ª reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Para liberar a leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Deputado Vanderlei Macris solicita a dispensa da leitura da ata.

Foi a mesma, então, dispensada de leitura.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Esta reunião foi convocada para deliberação de requerimentos.

Antes de iniciarmos a votação dos requerimentos constantes da pauta, vou responder ao questionamento levantado pelo Deputado Luiz Couto na reunião realizada no dia 29 de outubro passado.

A discussão e votação da ata é um procedimento de abertura da reunião anterior à fase destinada às deliberações, que, efetivamente, exigem *quorum* regimental.

Conforme procedimento estabelecido para os trabalhos desta CPI, a primeira parte da reunião é reservada para a tomada de depoimentos, sem necessidade de *quorum* para o seu início, pois não há matéria sujeita à deliberação. É nessa parte da reunião que procedemos à votação da ata. E foi exatamente o procedimento adotado na reunião a que o Deputado se referiu.

Quando a reunião for somente deliberativa, como é o caso de hoje, para iniciarmos, temos de aguardar a presença de pelo menos metade dos membros. Atingido esse *quorum*, podemos iniciá-la e, antes da Ordem do Dia, discutir e votar a ata da reunião anterior.



Então, respondendo ao questionamento, passemos agora à deliberação dos requerimentos constantes na pauta.

Eu vou, antes de passar à votação dos requerimentos, suspender a reunião pelo prazo de 10 minutos, aguardando, o que me foi solicitado, o comparecimento do Relator, que já está a caminho, tendo em vista que a parte é interessada na deliberação dos mesmos.

Fica suspensa a reunião por 10 minutos até a chegada do Relator.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Vanderlei Macris, com a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, nós estamos percebendo que este encaminhamento que está sendo dado às nossas reuniões tem 2 viéses importantes: o primeiro deles é aquele em que V.Exa. levantou, na última reunião, a hipótese de prorrogação dos nossos trabalhos, e o outro, o viés da não-prorrogação.

Se tivermos que prorrogar, Sr. Presidente, não tem sentido não levarmos em conta uma série de outros requerimentos apresentados, principalmente apresentados pela Oposição, que são de fundamental importância para que nós possamos construir um juízo de valor a respeito de tudo o que aconteceu aqui nesta Comissão.

O primeiro deles, um grupo de requerimentos que nós apresentamos e que não foi ainda objeto de deliberação por parte de V.Exa. e também do Relator Nelson Pellegrino, colocados à votação neste plenário. Um deles, hoje, está na pauta, que é do Advogado Greenhalgh.

Há ainda requerimentos de nossa autoria solicitando a presença também de outros depoentes, como é o caso, por exemplo, de requerimento, que nós apresentamos, de convocação do Secretário do Sr. Naji Nahas. Outro deles é do Sr. Luiz Gushiken. Além disso, temos também do Sr. Gilberto Carvalho.

Então, Sr. Presidente, como todos eles estiveram envolvidos em questões importantes do ponto de vista da investigação desta Comissão, eu não vejo razões para que nós não tenhamos também colocado na pauta de votação esses requerimentos importantes por nós apresentados. Esse é um primeiro ponto,



principalmente se nós tivermos o caminho da prorrogação dos nossos trabalhos. Senão, teremos, talvez, dificuldade temporal. Mas, de qualquer maneira, continuamos achando interessante, independentemente de qualquer decisão de V.Exa. ou desta Comissão, a convocação desses nomes aos quais me referi.

Outra questão, Sr. Presidente, são informações que nós solicitamos também — por sinal, 2 requerimentos de minha autoria: um de informação, às operadoras de telefonia fixa e móvel, sobre quantitativo de interceptações telefônicas autorizadas pelo Judiciário, ocorridas no Estado de São Paulo em 2007 — não tenho conhecimento ainda se já temos respostas a esse requerimento; e outro, finalmente, de informações técnicas, à ANATEL e às concessionárias, sobre interceptações telefônicas em ramais e troncos telefônicos.

Portanto, é essa a questão que gostaria de levantar a V.Exa., no sentido de que nós possamos agilizar a votação desses requerimentos, porque são de fundamental importância para nós, da Oposição, que os apresentamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Vanderlei Macris.

Informo a V.Exa. que esta Presidência não tem restrição à oitiva de quem quer que seja. Esta Presidência apenas corrobora as deliberações de plenário.

Esses que não foram colocados é porque houve um acordo procedimental num dado momento de não-votação desses requerimentos, enquanto não se ajustassem outros requerimentos a serem votados, como fizemos agora, ao que parece, um acordo procedimental de votar primeiramente aqueles menos contenciosos e depois discutir aqueles contenciosos. Ou seja, aqueles que são do consenso, aprová-los o mais rapidamente possível, e aqueles que são contenciosos, fazer o contencioso para, depois, podermos deliberar.

No que diz respeito às informações solicitadas por V.Exa., algumas já estão chegando, estão à disposição de V.Exa. na Secretaria da Comissão, e outras, segundo informações do Secretário, já foram encaminhadas inclusive ao seu gabinete — a informação da questão do tronco. Os outros estão à disposição de V.Exa. lá na Comissão, mas de forma sigilosa.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Esse da ANATEL já chegou, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Esse da ANATEL teria chegado e sido encaminhado, segundo me informa o Secretário, ao seu gabinete. Poderia V.Exa. confirmar. Se não houver chegado, vamos providenciar o encaminhamento o quanto antes.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Obrigado, Sr. Presidente, Só para confirmar, então, V.Exa. pretende colocar esses requerimentos a que me referi também em votação no plenário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quero dizer a V.Exa. novamente que eu não tenho predisposição em contrário contra nenhum requerimento. Acho que todos que são apresentados devem ser deliberados e devem ser votados. Existe uma tensão entre Oposição e Situação, entre Governo e Oposição no que diz respeito a alguns requerimentos. Esses, que são mais polêmicos, vão depender de um entendimento de V.Exas. ou mesmo do procedimento de votação para aprová-los ou derrotá-los.

Agora, não vejo nessa questão algo relativo à prorrogação da CPI, até porque me parece — inclusive pelos fatos que estão acontecendo recentemente no Paraná —, fica patente e demonstrada a necessidade de esta CPI permanecer ainda ativa, tendo em vista fatos novos que vão surgindo e que têm a ver com o trabalho que estamos executando. Inclusive, uma questão que acho fundamental: encaminhei ao Presidente do Congresso e ao Presidente da Câmara, que é o contencioso que se estabeleceu ou se está estabelecendo entre a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal, que entendem que magistrados não devem aqui comparecer para falar sobre o seu mister, mesmo que no seu mister haja irregularidades, mesmo que no seu mister haja ilegalidades ou até mesmo má-fé. Acho que esse contencioso terá de ser resolvido, porque ninguém pode deixar de se submeter a uma Comissão Parlamentar de Inquérito, sob pena de atrofiarmos ainda mais o Poder Legislativo. Hoje, já estamos submetidos a uma saraivada de medidas provisórias. Agora, só falta deixarmos de ser Poder perante o Supremo Tribunal Federal. Aí me parece que nós teremos que colocar o nosso ponto de vista para que essa questão seja enfrentada.



Então, da minha parte, eu pediria a V.Exas. que sentassem e conversassem sobre esses requerimentos. Existem polêmicas de ambas as partes. Também, por sua vez, existem requerimentos apresentados pelo PT que não são do interesse do PSDB.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Absolutamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não? Então, colocaremos esses em votação.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Absolutamente. Não quero polemizar com V.Exa. por quem tenho o maior respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A recíproca é verdadeira.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu gostaria apenas de manter o meu ponto de vista.

Temos aqui, na pauta, um requerimento convocando o Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh. Por ocasião da apresentação desse requerimento, outro foi apresentado, chamando o Sr. Gilberto Carvalho, Chefe de Gabinete da Presidência da República. Ora, existe aí uma tese de influência de Governo em relação a essa questão. Por que não se colocar também o Sr. Gilberto Carvalho nessa pauta de convocação, uma vez que existe uma convergência de interesses direta entre um e outro nessa questão importante para a CPI do ponto de vista das investigações aprofundar?

Então, o Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh e o Sr. Gilberto Carvalho estão envolvidos no mesmo problema. Eu não vejo por que o Sr. Gilberto Carvalho não estar incluído na pauta de convocação. Termino aqui a minha dúvida com V.Exa. Não quero polemizar, mas deixo aqui uma indagação: por que o Sr. Gilberto Carvalho não estar incluído na lista de votação de requerimentos no dia de hoje, uma vez que tem conexão direta com o problema?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Também não quero polemizar com V.Exa., nem me cabe fazer esse papel, apenas colocar aquilo que a Presidência vem decidindo de acordo com o que vem sendo combinado pelas bancadas. De qualquer maneira, já que foi feita a indagação, a mim caberia responder o seguinte: eu não vejo o Sr. Gilberto Carvalho, como tudo que apareceu



até agora, como autor ou vítima de grampo. Então me parecia descabida, mas essa é uma questão sobre a qual V.Exas. terão de deliberar e terão de votar.

Colocarei hoje em votação aqueles que estão pautados, conforme o acordo estabelecido por todos aqui presentes, começando pelos menos polêmicos e, se houver a concordância de todos, depois, discutiremos aqueles mais polêmicos.

Todos estão de acordo?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, dá para dizer ao Deputado Macris que esse foi o momento em que fizemos aqui um acordo para retirar todos aqueles requerimentos e só votarmos aqueles que foram consensuais. Ou seja, na realidade, normalmente, retoma-se isso aqui. Há outros requerimentos que eu fiz naquele momento para se contrapor inclusive a outros e que nós retiramos, não apresentamos mais. Achamos que aquele acordo era para valer, que não tinha mais por que colocar na ordem do dia aqueles requerimentos — mas retomam.

O que achamos importante? Primeiro, foi solicitado um pedido de prorrogação, que poderá acontecer ou não. Isso vai depender muito e poderá ser um período menor que não nos vai possibilitar ouvir todos. Estou propondo que, como nós estamos agora, investigando e ouvindo as pessoas vinculadas àquele caso dos detetives — e é importante ouvirmos outras pessoas —, possamos fazer logo a inversão do Requerimento nº 21, que trata dessa questão. Votaremos os outros que não têm nenhum problema aqui e, depois, no final, aqueles que estiverem com problemas. Algum Parlamentar poderá pedir que aquele requerimento seja votado, mas vai tentar derrubá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou deliberar da seguinte maneira, se todos estiverem de acordo, obviamente: a partir do Requerimento nº 3, vou fazer a votação daqueles que estão acordados para ser votados. Terminada essa votação daqueles que estão acordados, entraremos nas questões pontuais sem mais polêmica.

O Sr. Deputado Fruet tem a palavra.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Obrigado, Sr. Presidente.

Faço também registro de respeito e elogio V.Exa. pela sua condução. Portanto, a manifestação de forma alguma no sentido de qualquer questionamento, mas só para alguns esclarecimentos.



Hoje é o primeiro acordo que de que participamos, com o qual concordamos. Conversei há pouco com o Deputado Luiz Couto. É evidente que há um posicionamento do Relator absolutamente compreensível. No sentido de fazer essa inversão, mas com a garantia de votação em definitivo, se for o caso, de requerimentos que foram considerados polêmicos, como é o caso do Deputado Greenhalgh. Quando houve aquele pedido — e aí o esclarecimento de prorrogação da CPI —, não concordamos em retirar os requerimentos. Lembro até que houve um momento de pressão no Plenário com os Líderes e com o Presidente da Câmara, mas concordamos com que não se votasse naquele momento, mas não com a retirada dos requerimentos.

Então, hoje, efetivamente, é o primeiro acordo de procedimento com relação à votação dos requerimentos.

Queremos contribuir para que a CPI avance. É claro que temos preocupação — e aí uma visão crítica — com o esfriamento, a tentativa até de solução de um conflito que se estabeleceu dentro do Governo, em especial entre mim e a Polícia Federal e entre a Segurança Institucional e o Ministério da Defesa. Entendemos que há pelo menos 5 frentes a serem concluídas, além das 2 propostas agora pelo Relator, com relação aos detetives e com relação às proposta de regulamentação da matéria de ouvir juristas.

E quais são? As operadoras, cujos dados estão chegando e sendo tabulados — efetivamente, vamos precisar de tempo, para, ao final, saber se temos os dados completos de escutas legais; segunda, com relação às perícias — e vamos discutir hoje a perícia específica do Exército, mas a necessidade ou não de uma terceira perícia sobre outros equipamentos, o que demandará tempo; terceira, a questão relativa às Operações Chacal e Satiagraha, o que gerou tensionamento com o Supremo Tribunal Federal, mas que já é objeto de ação do Presidente e de diálogo também com o Presidente do Supremo do Tribunal Federal, não no sentido de avaliar o mérito da operação, mas os dados referentes a escutas; quarta, a questão referente ao inquérito do Supremo, do Ministro Gilmar, se houve ou não, se se deu o grampo e de que forma foi — ao que parece, dificilmente vai-se chegar ao responsável, mas se chegará à exclusão de autoria; quinta, essa relação da ABIN e da Polícia Federal.



Esses são temas de conotação política. E me refiro a uma conotação positiva e não de embate entre Oposição e Governo. É claro que caberá à Oposição, sempre que possível, e em alguns momentos é necessário, Sr. Presidente, esse tensionamento.

Agora, de forma alguma — e esta é a preocupação — apresentamos requerimento para fazer compensação. Por isso, não temos restrição alguma, se for o caso, de convocar pessoas que trabalharam no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso — sem problemas. O que não queremos — não pode parecer, não é comportamento do Presidente e do Relator — é cair numa armadilha que acaba sendo desgastante para todos nós, qual seja a de os requerimentos serem apresentados para estabelecer uma compensação ou ficarem num limbo e jamais serem apreciados.

Então, entendemos que é absolutamente leal — e V.Exa. o foi, ao colocar esse hoje em votação — votarmos os requerimentos, aprovando-os ou derrubando-os. O que não dá é para ficar num processo de prolongamento desnecessário.

Entendemos que é necessária a prorrogação, no mínimo, para que o Relator tenha um pouco mais de tempo para apresentação do relatório. Mas, se for prorrogada a CPI, propomos aprofundar essas 5 frentes, somadas às 2 apresentadas pelo Relator. Vamos avaliar, é claro. Também não quero ser suicida de imaginar que seja 8 ou 80 e, para uma inviabilização, achar que só apresentar requerimento e ser derrotado vai ser positivo.

Faço essa consideração. Registro que hoje concordamos, pela primeira vez, com esse procedimento, votando aqueles requerimentos que são consensuais e, ao final, votando, para aprovar ou rejeitar, os requerimentos tidos como polêmicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não quero mais polemizar sobre o assunto. Espero que os Deputados cheguem a um consenso naquilo que julgam mais importante para o trabalho mais específico que estamos realizando.

Eu pediria às Lideranças de todos os partidos aqui presentes que procurassem chegar a um acordo para que possamos cumprir essas 5 metas que estão muito bem sugestionadas, muito bem colocadas por V.Exas. — e deve ser mesmo. É esse o caminho que a CPI vem fazendo.



Eu só lembraria o seguinte: quando houve a questão da prorrogação, várias Lideranças de vários partidos se colocaram favoráveis à exclusão de alguns requerimentos. Isso se deu no gabinete da Presidência desta Casa, onde estiveram presentes o Líder do PSDB, o Líder do Democratas, o Líder do PT, e foi achada uma fórmula, por essas lideranças para a aprovação da prorrogação. Então, também temos de nos reportarmos a essas reuniões, porque são importantes e fazem parte da nossa discussão.

Apenas para rememorar essa questão, quando foi estabelecida mais ou menos uma regra de procedimento.

Não tenho problema nenhum em colocar em votação e deixar que a maioria decida. Se a maioria decidir colocar todos em votação e votar um a um, aprova-se ou rejeita-se, para mim, também, está de bom tamanho no exercício da Presidência, porque o meu objetivo, aqui, é o mesmo dos senhores: abrir essa caixa-preta da interceptação telefônica no País.

Então, vou passar ao requerimento. Item 3 da pauta. Eu pediria, se há consenso, que fizéssemos, sem os devidos encaminhamentos, a aprovação rápida.

Item 3 da pauta. Requerimento nº 198, de 2008, da Deputada Marina Maggessi, que *“solicita informações às operadoras de telefonia celular Vivo, Vivo-Brasília, Claro, Claro-Mato Grosso, Claro-São Paulo, Nextel, Oi, Telemar e Tim, se os ofícios abaixo citados, procedentes da 6ª Vara Federal do Estado do Rio de Janeiro, foram recebidos e em que data”*.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Item 4 da pauta. Requerimento nº 200, de 2008, do Deputado Carlos Willian, que *“requer que a Procuradora da República no Distrito Federal, Dra. Livia Nascimento Tinoco, envie a esta CPI o vídeo do circuito interno de TV do Restaurante Original Shundi, do dia 11 de junho de 2008, à noite, a partir das 18h30min”*.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)



Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Item 5 da pauta. Requerimento nº 201, de 2008, do Deputado Carlos Willian, que *“requer a esta Comissão informações junto à ANATEL sobre equipamentos nacionais ou importados para escutas telefônicas”*.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Item 6 da pauta. Requerimento nº 204, de 2008, do Deputado Gustavo Fruet, que *“solicita a cópia do inteiro teor do laudo da Polícia Civil do Distrito Federal sobre grampo telefônico ilegal na Procuradoria Regional da República da 1ª Região”*.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Os Itens 7 e 8 vou deixar para final, porque se trata de requerimento de minha autoria, para que possamos dar andamento e, depois, passo a Presidência para que sejam votados.

Item 11 da pauta. Requerimento nº 183, de 2008, do Deputado Gustavo Fruet e Vanderlei Macris, *“que solicita seja convocado o Sr. Márcio Seltz, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as atividades de monitoramento desenvolvidas pela ABIN”*.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.



Item 12 da pauta. Requerimento nº 192, de 2008, do Sr. Nelson Pellegrino, que *“requer sejam convocados para depor nesta Comissão os Srs. William Marcel Morad e Rômulo Berreto, ambos delegados da Polícia Federal”*.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Item 13 da pauta. Requerimento nº 193, de 2008, do Deputado Nelson Pellegrino, que *“requer sejam convocados para depor nesta Comissão O Sr. José Ribamar Reis Guimarães, agente da ABIN”*.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Item 15 da pauta. Requerimento nº 202, de 2008, do Sr. Nelson Pellegrino, que *“requer sejam convocados para depor nesta Comissão os Srs. Djahy Tucci Júnior, Ruy Ferraz Fontes, Dimas Pinheiro e João Carlos dos Santos”*. Quanto a Dimas Pinheiro, já existe requerimento aprovado. Fica prejudicado no que diz respeito a ele. No que diz respeito aos demais, são pessoas ligadas ao detetive particular que aqui esteve; são da família daquele detetive Eloy, de São Paulo.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Item 17 da pauta. Requerimento nº 207, de 2008, do Deputado Luiz Couto e outros, que *“solicitam seja convocada a Sra. Andréa Michael, jornalista da Folha de S.Paulo para prestar depoimento a esta Comissão sobre matéria divulgada na imprensa sobre a Operação Satiagraha”*.



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM Sr. Presidente, este requerimento é igual a um que apresentei aqui e que a jornalista declinou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Era convite o que V.Exa. apresentou; o que o Deputado Luiz Couto apresenta no momento é de convocação.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não havendo quem queira discutir...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Entendendo a iniciativa do Deputado Luiz Couto, mas em razão já de posição assumida em outras votações do mesmo gênero, e como não se trata de pessoa a ser investigada, mas responsável pela divulgação, inclusive objeto de inquérito na Polícia Federal, e por entender que até a matéria acabou contribuindo para os trabalhos, a nossa posição é contrária à convocação de jornalista em casos como este.

Então, a nossa posição é contrária.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quero dizer que acompanho a posição do Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Macris, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ... Gustavo Fruet, Sr. Presidente, até porque — só para concluir — argumentamos em reunião anterior sobre a questão do sigilo da fonte. Entendemos importante, e, portanto, não vemos correlação dessa convocação com os fatos aqui investigados.

Era minha posição, Deputado, que acompanha o Deputado Gustavo Fruet.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Também acompanho, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILH - Sr. Presidente, eu também acompanho, sou contra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, quebra todo o acordo então...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Estou assegurando a palavra ao Sr. Deputado Sarney Filho, a quem a concedi. Em seguida, vou ouvir os demais, para que possamos ter uma norma procedimental correta.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Então, Sr. Presidente, eu acredito que qualquer requerimento que possa de alguma forma implicar, mesmo que não seja essa a intenção do autor, mas em qualquer possibilidade de cerceamento da atividade da imprensa, ela deve ser deixada de lado.

Portanto, nosso posicionamento também é contra esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu queria apenas assegurar o seguinte. Nós colocamos um acordo de procedimento daquilo que seria votado. Nada impede que os requerimentos votados sejam aprovados ou rejeitados. Não ficou estabelecido que serão aprovados, mas que eles serão votados. Então, para que não se gere polêmica naquilo que foi acordado, eu peço que deixemos de se manifestar e votemos contra ou a favor.

Deputado Luiz Couto com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há uma diferença muito grande. Nós não queremos que haja censura na imprensa, mas é importante — e não vamos querer que ela indique a fonte que deu. Mas ela tem informações importantes para dar. Então, isso não significa censura, ou seja, ir contra o direito da imprensa livre. Só queremos o seguinte: estive aqui na CPI do sistema carcerário a jornalista Fátima Souza, que deu um depoimento e ninguém pediu as fontes dela, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O jornalista Persival também.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Persival também. Outros jornalistas estiveram presentes naquele momento e não houve qualquer postura de dizer que estava quebrando.

Então, Sr. Presidente, já que sabemos a maioria está aqui — e aí vou pedir verificação, porque não estava nessa aqui, peço que seja colocado no final, porque aí quebramos o nosso acordo inicial. Porque era para votar sem que houvesse discussão, e, no momento, está havendo discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deixe-me passar a palavra ao Deputado Domingos Dutra, não sem antes — Deputado Fruet, só um minutinho



— colocar uma questão que acho importante. Eu tenho um entendimento, e esse entendimento é importante que seja respaldado pela Comissão, de que ninguém, quando convocado, pode deixar de comparecer a esta Comissão. Não importa quem seja, nem de onde seja, porque aqui representamos o Congresso Nacional e não podemos abrir mão da prerrogativa do Congresso. Ela não nos pertence, ela pertence ao Congresso Nacional.

No que diz respeito a jornalista, eu compreendo e posso dizer que quem conhece o retrospecto do Deputado Luiz Couto sabe que a sua vida sempre foi dedicada à questão dos direitos humanos. Ninguém mais do que ele interagiu por necessidade da defesa dos direitos humanos de outrem do que ele com a imprensa.

Então, só um apelo. Se ele faz uma colocação nesse sentido, eu acho que devemos respeitar a posição do Deputado Luiz Couto, um homem sempre comprometido com os direitos humanos.

Não queremos aqui colocar nenhum jornalista submetido a revelar fatos que ele não pode revelar. Mas eu acho que temos que levar em consideração o retrospecto do Deputado Luiz Couto, em defesa do direito, dos direitos humanos. Se ele coloca esse posicionamento, eu acho que nós devemos levar em consideração.

Deputado Domingos Dutra com a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, sou a favor do requerimento e sinceramente não compreendo por que essa proteção quando se fala em alguém da imprensa. Primeiro porque, na hora em que a Comissão se autocensura de excluir pessoas que não devam ser ouvidas, está-se dando motivo, por exemplo, para um juiz não querer vir aqui. E tem um juiz que não quer vir aqui alegando que a função dele justifica que ele não deva vir.

No momento em que nós, a própria CPI deixa de ouvir alguém, por mais importante que seja sua função, está dando motivo para outros não virem.

Segundo, como disse o Deputado Luiz Couto, aqui nos não vamos invadir o sigilo da fonte. Ninguém aqui vai obrigar a jornalista a declarar aquilo que ela acha que fere os seus direitos de profissional. E se a jornalista achar que essa convocação interfere na sua profissão, ela vai na Justiça e consegue medidas judiciais, como outros já conseguiram.



Parece-me que, na hora em que excluímos a possibilidade de alguém da imprensa vir aqui para contribuir com a Comissão... Ela pode ter contribuições a dar, como bem lembrou o Deputado Luiz Couto e V.Exa.. Na CPI do Sistema Carcerário, nós convocamos jornalistas, eles foram lá, falaram o que quiseram e, na hora em que alegavam que determinados fatos estavam cobertos pelo direito de sigilo da fonte, nenhum de nós forçou a barra.

Portanto, parece-me um certo medo, parece que esta Casa anda amedrontada com todos. Todos nós, parece, temos medo da imprensa. Não. Nós reconhecemos o trabalho da imprensa, que é fundamental para a cidadania brasileira, tem um papel inestimável no avanço da cidadania, mas aqui, creio, o Deputado Luiz Couto em nenhum momento está tentando constranger a jornalista, está tentando invadir os direitos individuais e profissionais da mesma.

Portanto, eu sou a favor da convocação. Espero que com o apelo que V.Exa. fez, com a ponderação que V.Exa. fez, que os colegas possam rever a sua posição para podermos aprovar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputada Marina Maggessi com a palavra. Depois, o Deputado Simão Sessim.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Eu concordo com o que V.Exa. falou em relação ao Deputado Luiz Couto: é uma pessoa lutadora pelos direitos humanos. Acontece que não vai ser só ele quem vai estar aqui sabatinando a jornalista Andréa Michael. E a diferença dela para os outros que foram citados até agora, o Persival e a outra jornalista, é que ela foi uma vítima da Operação Satiagraha. Ela teve prisão decretada. Isso é de um grande constrangimento para ela. Não é porque ela é jornalista, não se trata de proteção à imprensa, mas de proteção a uma cidadã que estava exercendo a sua profissão e foi ameaçada por essa operação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputada Marina, V.Exa. colocou um ponto e só farei uma pequena retificação. Ela não teve a prisão decretada, ela teve a prisão requerida. E até por isso que talvez fosse importante que a jornalista aqui viesse para demonstrar como alguns, que procuram abusar dos poderes que possuem, tentam limitar e constranger a liberdade de imprensa. Então, talvez em função disso é que seja importante, *contrario sensu*, a presença de



jornalistas e da jornalista, para demonstrar que o que ela estava fazendo era jornalismo. E por fazer jornalismo sério, jornalismo correto, jornalismo de investigação, jornalismo de denúncia, quase sofreu a privação da sua liberdade. Talvez seja essa a razão da importância da oitiva da jornalista aqui, para que esta Comissão possa defender cada vez mais o direito a uma imprensa livre e a uma imprensa que possa fazer as denúncias necessárias, a fim de que os poderes constituídos sejam utilizados para refrear o avanço do Estado na intimidade do cidadão.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Eu concordo com V.Exa. Só que ela já foi convidada e declinou, porque ela se sentiu constrangida, porque pode até fazer prova contra ela mesma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, para que nós possamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Deputado Simão Sessim pediu a palavra. A palavra está com o Deputado Simão Sessim, depois eu passo a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Pouco vou acrescentar ao que disse a Deputada Marina Maggessi, até porque, quando fiz o requerimento para o convite, lembro-me de que fui abordado por várias outras jornalistas: *“Por que você quer trazer a jornalista aqui?”* Exatamente para que ela possa, e como disse V.Exa. e a ilustre Deputada Marina Maggessi, ter oportunidade de dizer por que chegou àquela situação de quase privação da sua liberdade.

Então, repito o que a Deputada Marina Maggessi falou: *“Ela foi convidada.”* Ela teve oportunidade. Se não veio por convite, declinou, Sr. Presidente, eu acho que a situação de vir como convocada é para ela um constrangimento muito maior. Ela não quer discutir o assunto.

Eu até gostaria, antes da nossa votação, que o nosso Relator se pronunciasse para dizer se é importante, se é imprescindível a presença dela, para que possamos votar conscientemente — aí já com relação ao interesse da Comissão, como diz V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou fazer o seguinte, antes de o Relator se manifestar e o Deputado Luiz Couto se manifestar: seguir a sugestão do Deputado Luiz Couto, que solicitou que fosse colocado ao final.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. Vou-me reservar o direito de pedir verificação em outro momento. Vou pedir a retirada de votação hoje, colocando num outro momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, está acatada a solicitação de V.Exa.

Está retirado de pauta o Item 17, para, em outra oportunidade, ser colocado em votação.

Vou passar ao Item 18. Requerimento nº 208, de 2008, do Deputado Luiz Couto e outros, que *“solicitam seja convocado o Sr. Ricardo Araújo de Carvalho, Diretor da Secretaria de Polícia do Senado Federal, para prestar depoimento a esta Comissão sobre escutas telefônicas clandestinas”*.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O Requerimento nº 209 é de minha autoria. Deixo para o final, quando passarei a Presidência ao Vice-Presidente Paulo Abi-Ackel.

Item 21 da pauta. Requerimento nº 211, de 2008, do Sr. Nelson Pellegrino, que *“requer sejam convocados para depor nesta Comissão os Srs. Francisco Maio, Adriano Fernandes da Silva, Edenilson de Oliveira Silva, Eloy Lacerda Ferreira, Luiz Lacerda Ferreira, Celina Maria dos Santos, Reginaldo Spera, Renato Fest Ferreira, Samira Hidalgo do Nascimento, Soraia Hidalgo do Nascimento, Carlos Ubiratan Martins, Ricardo de Alice Ferreira, Alberto André Amodio Filho, Roberto Lacerda Ferreira, Liliana Conceição de Freitas, Renato Ferreira, Paulo José da Silva Filho, Mariel César de Sales Bezerra, Ronaldo Teixeira Andrade, Felipe de Lacerda Ferreira e André Luís Pereira de Matos, para prestarem esclarecimentos acerca de interceptações telefônicas ilegais”*.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)



Aprovado.

Item 22 da pauta — requerimento, também, de minha autoria.

Passo, portanto, a Presidência ao Deputado Paulo Abi-Ackel para deliberação desses requerimentos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Em votação o Requerimento nº 206, de 2008, do Deputado Marcelo Itagiba, Presidente desta Comissão, que requer *“a expedição de ofício da Comissão Parlamentar de Inquérito — Escutas Telefônicas Clandestinas — dirigido ao Sr. Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Dr. Luiz Fernando Correia, para prestar as informações que indica”*.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Este é o 206, Deputado Luiz Couto.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Em votação o Requerimento nº 205 — alterada a ordem —, também do Deputado Marcelo Itagiba, que requer *“a expedição de ofício da Comissão Parlamentar de Inquérito — Escutas Telefônicas Clandestinas — dirigido ao Exmo. Sr. Ministro de Estado, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Jorge Armando Félix, para prestar as informações que indica”*.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



Requerimento nº 209, também do Presidente, Deputado Marcelo Itagiba, que *"requer a intimação do Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva, Chefe de Divisão de Cartas Precatórias da Polícia de São Paulo, ex-Diretor da ABIN, para depor na condição de testemunha"*.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Item nº 22. Requerimento nº 197, de 2008, do Presidente Marcelo Itagiba, que *"requer seja requisitada a transferência de sigilo referente ao conteúdo de procedimento administrativo instaurado pelo Ministério Público Federal que, por meio do Grupo de Controle Externo da Atividade Policial, apura responsabilidades quanto à existência de equipamentos de escuta telefônica não declarada pelo DPF ao parquet"*.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, vejo que a Ordem do Dia já está se iniciando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Deputado Luiz Couto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Então, não podemos mais votar nenhum requerimento.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O 23 não tinha acordo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com a Ordem do Dia iniciada, não podemos votar.



O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas a Ordem do Dia começou... Vou pedir, então, uma certidão de que horas começou a Ordem do Dia. Eu vou pedir uma certidão, Sr. Saulo.

Sr. Presidente, peço a gentileza de uma certidão para saber qual o horário que começou a Ordem do Dia no plenário.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - O.k., de acordo. Fica a Mesa com essa diligência para ser apresentada na próxima sessão. Por acordo, deixamos de deliberar o Requerimento nº 23...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Não, Sr. Presidente: sem acordo. Sem acordo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Caiu, caiu.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Pode-se dizer que caiu a sessão. Eu vou pedir uma certidão de que horas começou a Ordem do Dia, para confrontar com os requerimentos que foram votados.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Mas sem acordo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Eu insisto, Presidente. Insisto no seguinte: devemos ter uma relação de absoluta lealdade. Eu insisti, no começo, que aceitava essa inversão para votarmos, nem que seja para derrubar. O que não pode é essa...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Começada a Ordem do Dia, tem que suspender a votação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O aviso da Ordem do Dia está aí, Deputado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ocorre, Deputado Luiz Couto... Pela ordem...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vão reclamar da Mesa Diretora. Mas já estão aí chamando, porque a Ordem do Dia está iniciada.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Talvez o Deputado Gustavo Fruet queira saber quando iniciou a Ordem do Dia, porque isso tem repercussão nos outros requerimentos que foram aprovados, certo? Bom, é um direito dele. Vai ser



feita uma certidão. Iniciou a Ordem do Dia, não pode mais haver votação, tem que encerrar a sessão. Os requerimentos, automaticamente, estão na pauta para amanhã. E vamos votá-los amanhã. A partir do Item 1.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Deputado Gustavo Fruet, amanhã, na sessão deliberada para amanhã, nós recomeçaremos com todos os itens que até a data do início das atividades em plenário não foram votadas. Agora, não vejo maiores problemas.

Deputado Luiz Couto, algum problema em relação a isso? Pode ficar dessa maneira? Amanhã recomeçamos na pauta desde o primeiro item.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Amanhã será outro dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Deputado Simão Sessim, de acordo?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Era exatamente isso, Sr. Presidente. Quando o Presidente inverteu, ele inverteu por conta própria, de ofício. Não consultou o Plenário se ia inverter. Nós concordamos. E se concordamos, é porque o restante ficou para a próxima pauta. A pauta está garantida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - E amanhã continuaremos, naturalmente, a sessão.

Tendo e vista a Ordem do Dia iniciada em plenário, deixo de colocar em votação os demais requerimentos previstos na pauta de reunião ordinária, que serão votados na próxima sessão, já marcada para o dia de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

Eu os convoco para amanhã, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.